



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 190/2022 PMN

Aos 02 dias do mês de dezembro de 2022, às 12h50min, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria n 2841/2022 de 26 de outubro de 2022, com intuito de analisar e julgar a impugnação da Concorrência Pública n.190/2022 - PMN , cujo **OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONCESSÃO COMUM PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA.**, protocolado pela **AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.827.501/0001-58 protocolada em 29/11/2022 e **FORTILINE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 03.531.642/0001-05 protocolada em 29/11/2022.

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

PRELIMINARMENTE

A Comissão Permanente de Licitação, ao receber as impugnações das empresas acima qualificadas na data de 29/11/2022 verificou-se que as mesmas foram protocoladas tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

QUANTO AOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Cabimento

A partir de um viés constitucional, a qualquer cidadão é garantido o direito de petição aos órgãos públicos, *ex vi* do disposto na letra “a” do inciso XXXIV do art. 5º da Carta da República, assim como no plano legal a Lei 8.666/93, garante a qualquer cidadão o direito de impugnar um edital de licitação, consoante reza o § 1º, do artigo 41, assim como reza o artigo 24, caput, do Decreto 10024/2019.

Conforme previsão editalícia, item 18 – subitem 18.2., consta previsão de faculdade de impugnação ao instrumento convocatório restando, pois, presente a hipótese do cabimento.

DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO





A previsão legal do instituto da impugnação de instrumento convocatório em processo licitatório jaz na Lei de Licitações nº 8.666/1993, Art. 41, conforme os excertos seguintes:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Dito isso, a peça recursal lato sensu, nesta abrangida a impugnação, ao serem interpostas, devem respeitar os requisitos formais.

A par dos regramentos de admissibilidade acima explicitados, em sucinto exame preliminar acerca do pedido de impugnação formulado, tem-se que:

I - DA TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, foi marcada originalmente para ocorrer em 05/12/2022.

Assim, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 8.666/93, o pedido de impugnação em exame foi protocolizado tempestivamente, posto que recebidos de forma presencial no dia 11 de outubro de 2022, em tempo hábil, portanto, merece ter seu mérito analisado, visto que respeitou o prazo estabelecido na norma sobre o assunto, vez que a resposta estará disponível publicamente no site www.navegantes.sc.gov.br.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DOS RECURSOS E PENALIDADES

[...]

18.2 Decairá do direito de impugnar o EDITAL a LICITANTE que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES.





Conforme já mencionado acima, o mérito da alegação da impugnação apresentada possui fundamentos conexos, motivo pelo qual serão analisadas em sua totalidade, **devendo ser aplicada a presente decisão somente no que couber.**

Empresa FORTILINE SERVIÇOS LTDA,

Em síntese a Impugnante alega:

II. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

1. A **Empresa FORTILINE SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n. **03.531.642/0001-05**, impugna o Edital de Concorrência Pública nº 190/2022 - PMN, aduzindo, em síntese o que segue:

Em breve síntese, aduz a impugnante que a administração age de forma abusiva ao permitir no edital 190/2022 a participação de consórcio com a limitação de 2 (duas) empresas.

Expendemos que, pelo contrário, a possibilidade da participação de consórcios visa sobretudo assegurar e ampliar a competitividade do certame, o que certamente foi atendido pela administração enquanto Poder Concedente.

A doutrina e jurisprudência já vem consagrando a necessidade de se “**demonstrar com fundamentos sólidos a escolha a ser feita pelo gestor durante o processo de licitação no que toca à vedação da participação de consórcios**” (TCU, Acórdão 1.165/2012, Plenário. Rel. Min. Raimundo Carreiro).

Oportuno registrar que, os Tribunais de Justiça têm considerado ilegal a injustificada vedação à participação de empresas consorciadas em licitações, entendendo inclusive que se trata de ato discricionário da Administração Pública. Vejamos abaixo duas decisões:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE SUSPENDEU O CURSO DE PROCESSO LICITATÓRIO ABERTO PARA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE CHAPECÓ - AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - ALEGAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO E POSSÍVEL FRAUDE À LICITAÇÃO - NORMAS EDITALÍCIAS - CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELA MAIOR OFERTA PARA REMUNERAÇÃO DA OUTORGA PREVISTO NO EDITAL - EXEGESE DO INCISO III DO ART. 15 DA LEI 8.987/1995 - NECESSIDADE DA COMBINAÇÃO DO INCISO I (MENOR VALOR DA TARIFA) COM O INCISO II (MAIOR OFERTA PARA REMUNERAÇÃO DA OUTORGA) SOB PENA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA MODICIDADE TARIFÁRIA - EVENTUAL DIRECIONAMENTO NA LICITAÇÃO - EXIGÊNCIA DE INVESTIMENTOS EM INSTALAÇÕES FÍSICAS E FROTA SUPOSTAMENTE VINCULADAS AO ATUAL DETENTOR DA CONCESSÃO - NÃO VERIFICAÇÃO - NECESSIDADE DE PREVISÃO - **VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO - IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE E DA AMPLA CONCORRÊNCIA - FINALIDADE PRECÍPUA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (AMPLA CONCORRÊNCIA E MELHOR CONTRATAÇÃO) VIOLADO** - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR - CAPACITAÇÃO TÉCNICA - POSSIBILIDADE - EXEGESE DO ART. 30, § 1º, INCISO II, DA LEI FEDERAL N. 8.666/93 - IDADE MÉDIA MÁXIMA DA FROTA DE ÔNIBUS - EXIGÊNCIA QUE VISA À EFICIÊNCIA DO TRANSPORTE E À SEGURANÇA DE PASSAGEIROS - INTERESSE PÚBLICO - CRITÉRIO DEVIDAMENTE OBSERVADO PELO EDITAL DO CERTAME - MEDIDA NECESSÁRIA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Para a concessão do serviço público de transporte coletivo urbano o critério de julgamento das propostas mais adequado deve ser a conjugação do inciso I (menor valor da tarifa do serviço a ser prestado), com o inciso II (maior oferta de pagamento pela outorga da concessão) do art. 15 da Lei Federal n. 8.987/1995, justamente para ampliar o número de licitantes e atingir a dupla finalidade da Licitação Pública que é permitir a melhor contratação e possibilitar que qualquer interessado possa validamente participar da disputa pelas contratações, além de garantir, no caso, a modicidade das tarifas. **A fim de conferir a máxima competição às licitações, afigura-se razoável que a Administração admita a participação de consórcios sempre que a amplitude do objeto ou a diversidade de elementos que compõem o objeto evidenciem a dificuldade**

de sua implementação por uma só empresa, mormente quando se trata de outorga de concessão de serviço de transporte coletivo pelo prazo de 20 anos e a legislação municipal prevê essa forma de participação na concorrência. [...] (TJ-SC - AI: 20120621454 Chapecó 2012.062145-4, Relator: Jaime Ramos, Data de Julgamento: 16/04/2015, Quarta Câmara de Direito Público)

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO POR COOPERATIVA VISANDO À ANULAÇÃO DE PREGÃO, EM RAZÃO DA PROIBIÇÃO, CONSTANTE DO EDITAL, DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS E CONSÓRCIOS NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. SE INSURGE, AINDA, QUANTO À FORMA DE REAJUSTAMENTO DO CONTRATO. A SENTENÇA JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 485, INCISO IV, DO VIGENTE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E CONDENOU A IMPETRANTE A PAGAMENTO DAS CUSTAS. RECURSO DA IMPETRANTE PRETENDENDO A INVALIDAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO. NÃO LHE ASSISTE RAZÃO. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE POSSUI ENTENDIMENTO SEGUNDO O QUAL É IMPOSSÍVEL A PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS EM PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, QUANDO O LABOR, POR SUA NATUREZA, DEMANDAR NECESSIDADE DE ESTADO DE SUBORDINAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PERMITIR OU NÃO A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS EM LICITAÇÃO. ARTIGO 33 DA LEI 8.666/93. ITEM 16 DO EDITAL QUE DETERMINA O REAJUSTAMENTO DO PREÇO SEMPRE QUE NECESSÁRIO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. A questão controvertida diz respeito à legalidade da cláusula do edital que vedou a participação de cooperativas e consórcios no pregão, com fundamento no objeto do contrato, bem como quanto à forma de reajustamento do contrato. 2. A sentença julgou extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso IV, do vigente Código de Processo Civil e condenou a impetrante ao pagamento das custas. [...] 12. Quanto ao item 7.2.4, a **Administração Pública tem ampla discricionariedade para permitir ou não a participação de consórcio de empresas em licitação, como se depreende da redação do artigo 33 da Lei 8.666/93**. 13. Por fim, em relação ao item 16 do Edital, também não há demonstração de qualquer ilegalidade, pois a redação é clara ao prever o reajustamento do preço quando necessário ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, ou quando

ocorrerem outras situações justificadas. 14. Destarte, não se afigura presente qualquer violação a direito líquido e certo da impetrante, pelos menos não demonstrada de plano, na via estreita do mandado de segurança, em que não se admite a instrução probatória. DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJ-RJ - APL: 00116693420178190007 RIO DE JANEIRO BARRA MANSA 2 VARA CÍVEL, Relator: JUAREZ FERNANDES FOLHES, Data de Julgamento: 17/04/2018, DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/04/2018)

Trata-se, porém, de questão afeta única e exclusivamente à discricionariedade do Poder Concedente, tal como exaustivamente demonstrado nos estudos técnicos da Concessão, explicitadas nas Condições de Participação na Licitação do edital (Anexo XII, fls. 245):

Conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial pátrio, a permissão ou a vedação da participação de empresas em consórcio em determinada licitação, ou mesmo a estipulação de um número máximo de empresas consorciadas, está no âmbito do exercício do poder discricionário da Administração Pública. A fundamentação legal para tal opção reside no art. 33 da Lei Federal de Licitações, que expressamente prevê a obrigatoriedade da observância de determinadas normas quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio.

Sendo assim, depreende-se que a indicação de número máximo de consorciados se trata de ato discricionário do ente contratante, que deverá ponderar se sua opção implica ou não eventual restrição ao caráter competitivo da licitação, devendo ser analisado cada caso concreto, considerado o objeto específico da contratação.

Para fins da licitação relativa ao presente projeto, é sugerida a possibilidade de participação de empresas reunidas em consórcio de até 02 (duas) consorciadas.

Tal limitação no número de consorciadas visa preservar a segurança jurídica da contratação, evitando-se que diversas empresas não aptas sejam estimuladas a se consorciar, aventurando-se com propostas temerárias que não garantam a posterior execução do contrato de forma satisfatória.



Essa limitação não resulta em qualquer caráter restritivo à participação dos licitantes, de forma a prejudicar a contratação mais vantajosa à Administração Pública. Ao contrário, assegura a competitividade do universo de licitantes efetivamente aptos a participar do certame e a cumprir o objeto da concessão.

A impugnante alega que o escopo da licitação abrange 3 especialidades diferentes, uma para execução da coleta e transporte dos resíduos, outra para o tratamento e gestão final, e outra para gestão comercial.

Todavia, a prévia experiência necessária para execução de serviços concedidos não autoriza tal subdivisão.

A licitação em voga antecede a delegação dos serviços por 30 anos. Não se trata de contratação ordinária regida pela Lei Federal n. 8.666/93 pelo prazo máximo de 60 meses. Assim, se duas empresas, mesmo que reunidas em consórcio, não conseguirem satisfazer as exigências de habilitação do instrumento convocatório, a toda evidência, essas empresas estão inabilitadas para executar os serviços durante todo o prazo da concessão. Seria temerário, imprudente e ilegal ao Poder Concedente permitir a participação de empresas ineptas à execução dos serviços a serem delegados.

Importante ainda assinalar a natureza essencial dos serviços públicos de saneamento básico objetos desta licitação, conforme previsto na Lei Federal n. 11.445/07 (art. 3º-C e art. 7º).

Por isso, inexistente qualquer ilegalidade do edital, temos que a previsão de limite de empresas para participação de eventual consórcio resta totalmente justificado pela administração, dentro do seu poder discricionário.

2. IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.:

a) Critério de julgamento – Técnica e Preço:

A impugnante considera que o critério de julgamento não encontra balizamento na lei e na jurisprudência dos Tribunais de Contas pátrios.





O critério de julgamento está previsto na cláusula 16.4.1, sendo que o julgamento final das propostas será efetuado mediante cálculo da Nota Final que corresponderá à somatória das notas da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL de cada LICITANTE, que terão, respectivamente, pesos 60% (sessenta por cento) e 40% (quarenta por cento), conforme a seguinte fórmula estabelecida no edital:

	$NT = PT \times 0,6$
NT: Nota Técnica	
PT=Pontuação Técnica Obtida	
0,6= Peso Nota Técnica (60%)	
	$NC = PC \times 0,4$
NC: Nota Comercial	
PC=Pontuação Comercial	
0,4: Peso Nota Comercial (40%)	

Especificamente sobre o tema impugnado, o Parecer Jurídico nº 359/2022 elaborado pela Procuradoria-Geral do Município muito bem abordou a temática quando da análise do processo licitatório, vejamos:

A forma de julgamento adotada foi aquela disposta no art. 14, inciso V, da Lei nº 8.987/1995, que conduz pela “melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica”.

Marçal Justen Filho, quando citado no Relatório nº 1.988/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC ¹, assevera a possibilidade de aplicação do critério “técnica e preço” nas contratações de grande vulto e cuja execução necessite do domínio de tecnologia indisponíveis aos profissionais comuns. Veja-se:

“As licitações de melhor técnica e de técnica e preço foram reservadas para situações especialíssimas. A Lei não distinguiu os casos em que caberia a licitação de técnica e preço

¹ Doravante denominada de TCE/SC.

e aqueles em que se aplicaria a licitação de melhor técnica. O diploma referiu-se ao cabimento indistinto de ambas as modalidades.

Como regra, aplicam-se à contratação de serviços em que a atividade do particular seja predominantemente intelectual. São hipóteses em que há uma atuação peculiar e insubstituível do ser humano. MAS TAMBÉM SERÁ CABÍVEL SUA ADOÇÃO EM OUTRAS ESPÉCIES DE CONTRATAÇÕES, DE GRANDE VULTO E CUJA EXECUÇÃO DEPENDA DO DOMÍNIO DE TECNOLOGIA QUE NÃO SE ENCONTRE À DISPOSIÇÃO DE PROFISSIONAIS COMUNS.”

Em outro ponto, o TCE/SC manifesta-se no seguinte sentido:

“Infere-se, portanto, que este Egrégio Tribunal de Contas corrobora a viabilidade da utilização do critério técnica e preço nas licitações para concessão de serviços de limpeza pública, tendo em vista a necessidade imperiosa de conhecimentos específicos e técnicas apuradas e complexas por parte da empresa concessionária. Ante as considerações expostas, inquestionável é o entendimento de que a concessão de serviços públicos de limpeza urbana exige domínio de técnicas operacionais complexas e sofisticadas, pois está inserida em ações de saúde pública e saneamento ambiental, com o fim precípuo de proporcionar o bem-estar da coletividade”.

A minuta do edital prevê o cálculo da nota final para fins de obtenção da melhor proposta, com combinação do critério de menor valor da contraprestação pecuniária e dar-se-á conforme cálculo de fórmula apresentada em fls. 90-91.

Quanto à fórmula, Marçal Justen Filho² exarou as seguintes considerações:

“A valoração da proposta técnica e o valor da proposta de preço deverão ser transformados em valores numéricos, produzindo-se a partir daí uma média. **Existe uma margem de discricionariedade para a Administração dispor sobre isso no edital. Faculta-se que o edital inclusive reconheça importância maior para a nota técnica.** Todavia, essa autonomia não autoriza reconhecer predominância tão intensa à nota técnica que a proposta econômica deixaria de apresentar relevância. Em termos concretos, a

² JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**: Lei 8.666/1993. -- 18. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019, p.1063



Em outro item a impugnante alega que “não há nos documentos do Edital nenhuma justificativa para o critério de julgamento proposto” é igualmente improcedente. Isso porque a justificativa dos critérios de julgamento adotados não deve estar no edital, mas sim nos documentos (estudos) que a precedem. Essa justificativa existiu, como reconhece a impugnante no item 20 da sua impugnação.

Conforme citado no Parecer Jurídico acima referido, a escolha acerca dos critérios de julgamento da concessão é inerente à esfera de discricionariedade do Poder Concedente. É importante ter em mente que a licitação em tela se trata de certame prévio à concessão de serviços públicos. Não é licitação prévia à contratação administrativa que será regida pela Lei Federal n. 8.666/93. As regras de licitação aplicáveis ao certame em tela são, sobretudo, aquelas previstas na Lei Federal n. 8.987/95, com alguma aplicação subsidiária, das disposições da Lei Federal n. 8.666/93.

Nesse sentido, o art. 15, da Lei 8.987/95 dá ampla discricionariedade ao Poder Concedente na adoção dos critérios de julgamento da licitação para concessão. Em nenhum momento, há previsão de que o critério de melhor técnica só poderia ser utilizado para serviços de “natureza intelectual”, tal como afirma a impugnante.

Fato é que a combinação desses critérios tem sido amplamente utilizada nas delegações de serviços de saneamento, pois os estudos econômicos que antecedem a licitação já chegam a um preço referencial para prestação dos serviços que não deve ser muito desequilibrado sob pena de tornar inviável a prestação dos serviços, prejudicando os objetivos da sua universalização, suficiência econômica, bem como adequação e continuidade. É dizer, em serviços de saneamento, a melhor proposta não pode gravitar em torno do menor preço, colocando em risco os objetivos inerentes aos serviços públicos essenciais dessa natureza.

Neste tópico, igualmente, entendemos que não deve prosperar as alegações da impugnante.

b) Qualificação Técnica exigida:

A empresa impugnante registra que o edital restringe excessivamente e injustificadamente a competitividade ao estabelecer os critérios constantes na cláusula 13.14.7 do edital 190/2022.

De forma alguma concordando com tal posicionamento.





A concessão em voga tem um prazo considerável, de 30 anos de duração, com valores altíssimos envolvidos na execução do seu objeto neste período. Por isso, o que a impugnante considera restrição, consideramos uma previsão criteriosa. O grupo de trabalho envolvido nos estudos técnicos considerou critérios mínimos para garantia de um contrato de elevada cifra, com longo prazo de duração, e com relevante repercussão social perante a comunidade local.

Tanto isso é verdade, que se facultou, no caso de participação de consórcios o seguinte regramento, disposto na cláusula 13.14.5:

13.14.5 Para a comprovação do item 13.14.1 b), quando os atestados apresentados pela LICITANTE forem relativos a serviços executados por consórcio de empresas, será considerado, para comprovação dos quantitativos estabelecidos, o seguinte:

- a) se o atestado contiver discriminação das parcelas dos serviços executados individualmente por cada consorciada, somente serão considerados, para fins de qualificação técnica na presente LICITAÇÃO, os quantitativos correspondentes às atividades indicadas no atestado como tendo sido desempenhadas pela LICITANTE ou pelo membro do consórcio LICITANTE;
- b) não havendo discriminação das parcelas dos serviços executados individualmente por cada consorciada, somente serão considerados, para fins de qualificação técnica na presente LICITAÇÃO, os quantitativos proporcionais ao percentual de participação da LICITANTE ou membro do consórcio LICITANTE, devendo a LICITANTE apresentar cópia autenticada do instrumento de compromisso ou de constituição de consórcio objeto da experiência juntamente com o atestado, caso este não informe o percentual de participação de cada consorciada.



A impugnante se insurge contra a suposta exigência de atestado único, afirmando que “não se está a buscar autorização para somatório de quantitativos dos itens 13.14.1, ‘i’ a ‘v’, mas, sim, a possibilidade de comprovação de cada um dos itens por meio de atestados distintos (...)”.

Vejamos, o edital jamais vedou a apresentação de um atestado para cada serviço cuja habilitação técnica deve ser demonstrada. A vedação do somatório de atestado, como está claro do instrumento convocatório, só existe para o mesmo item de serviço. É dizer que, em nenhum momento o edital faz exigência que a licitante apresente um único atestado para todos os serviços.

Portanto, cai por terra mais este argumento da impugnante em questão, pois se levanta contra disposição/interpretação inexistente no instrumento convocatório.

c) Experiência em Gestão Comercial:

Neste item a impugnante se insurge contra a suposta proibição de apresentação de atestado relativo a outros serviços de Gestão Comercial em setor de saneamento básico.

Mais uma vez, a impugnação não procede. O próprio instrumento convocatório, as fls. 248, avoca o art. 30, § 3º, da Lei Federal n. 8.666/93, que diz “será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.”

Portanto, caberá à licitante apresentar atestado de serviço similar, cabendo-lhe, ainda, demonstrar que ele possui complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, o que será avaliado pela Comissão de Licitação, a partir do atestado apresentado e outros documentos que forem necessários para tal avaliação.

Antecipa-se, porém, que dificilmente a Gestão Comercial de serviços de água e esgoto será considerada como serviços similares à gestão de serviços de limpeza urbana e





manejo de resíduos. No caso do edital em voga, a metodologia é diferente. Há diversos outros fatores considerados nesse mister, tais como, por exemplo, o bairro em que o serviço é prestado, o número de passadas/frequência, o tipo de resíduos coletados, entre outros detalhes. Há muita diferença quando comparado com serviços de Gestão Comercial de serviços de água e esgotamento sanitário.

d) Índice de Endividamento:

A impugnante não concorda com o índice de endividamento total adotado, todavia, sem fundamento.

O IE de 0,5 é critério objetivo de boa situação financeira, nos termos do art. 31, § 5º, da Lei Federal n. 8.666/93.

Além disso, é usual para fins de comprovação da habilitação econômico-financeira para empresas do setor de saneamento, em especial para o setor de manejo de resíduos e limpeza urbana. Trata-se de índice essencial por se tratar de uma concessão, contratação de grande vulto e longo prazo, onde se exige da licitante boa situação financeira para investir nos serviços que são objeto da concessão, inclusive mediante a contratação de financiamentos. Trata-se, ademais, de garantia adequada, necessária e proporcional ao objetivo de preservar a adequação e continuidade dos serviços após a sua delegação.

e) Modelo de Cofaturamento:

Suscita a impugnante que o Poder Concedente deveria adotar o modelo previsto no art. 35, §1º, da Lei Federal n. 11.445/07. Tal previsão foi acrescentada pelo Novo Marco do Saneamento Básico (Lei Federal n. 14.026/2020).

Prevê o referido dispositivo:





Art. 35 (...)

§ 1º Na hipótese de prestação de serviço sob regime de delegação, a cobrança de taxas ou tarifas **poderá** ser realizada na fatura de consumo de outros serviços públicos, com a anuência da prestadora do serviço. (grifamos)

A impugnante ignora que a possibilidade de cofaturamento de tarifas é exatamente isso: uma possibilidade, não obrigação, nos termos dispositivo acima citado.

Por isso, não sendo uma imposição legal, e sim uma possibilidade, entendemos prejudicado o pedido da impugnante neste pesar.

3 – CONCLUSÃO:

É salutar relembrar que todos os instrumentos da concessão resultaram de minuciosos estudos prévios, submetidos, inclusive, ao crivo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos termos da IN 22/2015.

Além disso, o edital, ora impugnado, foi submetido a processo de consulta pública e audiência pública, das quais foram incorporadas algumas das sugestões e manifestações apresentadas.

Não pode prosperar o argumento genérico de que competitividade estaria sendo “frustrada”, pois, não só as exigências de habilitação observaram as melhores práticas da jurisprudência especializada dos Tribunais de Contas, mas também há a possibilidade de reunião de empresas em consórcio, o que, por si só, é medida apta a ampliar o universo dos potenciais concorrentes.

[...]

Atenciosamente,



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



Documento assinado digitalmente
gov.br VALERIO CESAR GONZAGA DE CAMPOS
Data: 02/12/2022 11:16:41-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Valério Cesar Gonzaga de Campos
Secretário de Saneamento Básico

Pois bem.

DO MÉRITO

Passando à análise do mérito, quanto aos pontos levantamentos/impugnados pelo interessado, conforme posicionamento da área demandante /técnica do objeto e da Comissão de Licitação deste município tem-se as seguintes considerações e entendimento:

Preliminarmente faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento da contratação e/ou aquisição de serviços e produtos de primeira qualidade.

Conforme a sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Em outras palavras, pode se dizer que, “nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



Lembrando que, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, primando garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congêneres.

Desta forma, foi possível constatar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório está disciplinado na Lei 8.666/93, e, portanto, não pode ser desrespeitada por quem quer que seja.

Cabe ressaltar que a Administração procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente o da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo.

Tais princípios norteiam essa atividade administrativa, impossibilitando o administrador de fazer prevalecer sua vontade pessoal, e impõem ao mesmo o dever de pautar sua conduta segundo as prescrições legais e editalícias.

Aliás, este é o ensinamento da Lei nº 8.666/93, que prescreve, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifos nossos)

Em que pese às razões da impugnação ao Edital interposto pelos impugnantes deve-se ressaltar que o objetivo maior do presente Edital é que o objeto a ser citado seja satisfatoriamente atendido pelo vencedor do certame, dentro das possibilidades legais.



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



DA DECISÃO

Entendemos que um dos princípios da licitação é a garantia da ampla concorrência, entretanto, tal princípio não pode ser tomado por absoluto, antes, deve ser interpretado e sopesado conjuntamente com outros importantes princípios tais como a razoabilidade, proporcionalidade e eficiência nas contratações. Sendo assim, não há que se falar em ilegalidade ou alegação da existência de cláusula “manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo”, mas apenas a primazia pela contratação de serviços de qualidade e de acordo com a necessidade desta municipalidade na oferta do serviço de qualidade.

Tais situações, como já demonstrado, não ocorreu no presente caso e ainda as exigências possuem base legal, procurando garantir uma contratação que venha suprir as expectativas de contratação de uma empresa possível de prestar e manter sem interrupções o melhor serviço para a Administração e população Navegantina.

Após verificação das peças, decide:

Julgar a presente impugnação por **TEMPESTIVA** uma vez que foi atendido o prazo legal de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas (artigo 110 da Lei Federal nº 8666/93), segundo dispõe o item 18, subitem 18.2 do instrumento convocatório.

Por todo o exposto, conheço da impugnação apresentada, porém **JULGAR IMPROCEDENTE**, com as observações acima descritas e os esclarecimentos realizados, mantendo assim inalteradas as cláusulas editalícias por estarem em estrito cumprimento da Lei 8.666/93., **negando-lhe provimento**, pela ausência de fundamentação que sustente o pleito da impugnante, estando mantida data de realização do procedimento licitatório e por consequência, a abertura do certame na data de 05 de dezembro de 2022, conforme disposto no instrumento convocatório.

Dessa forma, estão mantidas as condições previstas no **EDITAL DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 190/2022 PMN**.



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



CIENTIFIQUEM-SE A EMPRESA IMPUGNANTE E DIVULGUE-SE na internet, para dar maior conhecimento e propiciar ampla publicidade.

Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 02 de dezembro de 2022.

Presidente: LEILA MENGARDA

Membros: FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

TATIANA DE ALENCAR CARLINI

ANDERSON RODRIGUES MULLER

PATRICIA APARECIDA GUALBERTO



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!